

FERNANDO CORREIA  
(org)

A photograph of a grey concrete wall with a circular window. The window looks out onto a stone wall and some vegetation. The title text is overlaid on the right side of the image.

# ESTADO MÍNIMO ESCOLA MÍNIMA

1ª Edição 2014



UNIVERSIDADE da MADEIRA  
[www.uma.pt](http://www.uma.pt)

**CIE-UMa**

Centro de Investigação em Educação  
[www.uma.pt/cie-uma](http://www.uma.pt/cie-uma)



FERNANDO CORREIA (Org.)

# **Estado Mínimo Escola Mínima**

**Título**

Estado Mínimo - Escola Mínima

**Organizador**

Fernando Correia

**Edição**

Centro de Investigação em Educação – CIE-UMa

**Design Gráfico**

Énio Freitas

**Impressão e Acabamento**

João Duarte, Unipessoal, Lda

**Tiragem**

200 Exemplares

**ISBN**

978-989-95857-5-1

**Depósito Legal**

XXXXXXXXXX

© CIE-UMa 2014

[www.uma.pt/cie-uma](http://www.uma.pt/cie-uma)

**FCT**

Fundação para a Ciência e a Tecnologia

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

PEst-OE/CED/UI4083/2014

---

## DILEMAS E DESAFIOS DA ESCOLA (MÍNIMA) FACE A UM ESTADO MÍNIMO: UM ESTUDO QUALITATIVO COM UM GRUPO DE FUTUROS PROFESSORES

---

**António V. Bento**

Centro de Investigação em Educação (CIE-UMa)  
Universidade da Madeira

### NOTA INTRODUTÓRIA

A escola e a educação, no nosso País, estão a atravessar um período bastante conturbado. São desafios e dilemas que impedem o seu normal funcionamento, obstruem a concretização da sua missão essencial, provocam a concorrência com as escolas privadas e, claramente, com as suas congéneres. Apesar de tudo, os últimos resultados do PISA (2012) indicam que Portugal tem evoluído desde 2003 nas áreas da Ciências, Matemática e Leitura. Mas será que as reformas e políticas de educação dum Estado (mínimo) permitem manter esta tendência?

No relatório da UE sobre a educação (2011), (onde se afirma que se verificaram bons progressos mas que são necessários mais esforços para atingir metas), a Comissária responsável pelo pelouro da Educação, Cultura, Multilinguismo e Juventude (Andorulla Vassiliou) declarava que *“a boa notícia é que os níveis de ensino na europa aumentaram consideravelmente. Mais jovens completam o ensino Secundário e obtêm graduação do ensino superior em comparação com há dez anos atrás. Porém, o abandono escolar precoce continua a ser um problema que afeta um em cada sete jovens da União Europeia e um em cada cinco alunos ainda têm, aos 15 anos, fracas competências no domínio da leitura. É por isso que a educação e a formação estão entre os objetivos centrais da estratégia Europa 2020.”* Daí que apelasse aos Estados membros para não fazerem cortes nos orçamentos para a educação, apesar da crise económica: *“O gasto com a educação é um investimento para o emprego e o crescimento económico, que a longo prazo, acaba por se pagar a si próprio...”*. Todavia, as despesas do Estado Português em educação em % do PIB tem diminuído desde 2000: 2000 – 4,9%; 2005 – 4,7%; 2008 – 4,3% e 2013 – 4%.

Neste contexto, este estudo de investigação, de carater qualitativo, pretende analisar as perspetivas de um grupo de futuros professores sobre os desafios e dilemas da escola pública face a um Estado neoliberal que desinveste na educação, que secundariza a escola pública e que negligencia, descredibiliza e depaupera a classe docente.

## **Resultados escolares dos alunos Portugueses e discursos educativos**

O PISA (Programme for International Student Assessment) visa avaliar a capacidade dos jovens de 15 anos de idade no uso dos seus conhecimentos, de forma a enfrentarem os desafios da vida real, especificamente nos domínios da Leitura, Matemática e Ciências.

Foi lançado pela OCDE (Organização para o Desenvolvimento e Cooperação Económico) em 1997, e tem sido realizado de três em três anos desde 2000.

Os resultados obtidos nesse estudo permitem monitorizar, e de uma forma regular, os sistemas educativos em termos de desempenho dos alunos, em contexto de um enquadramento conceptual aceite internacionalmente.

Desde 2003, os alunos Portugueses aumentaram o seu desempenho em Matemática (de 466 para 487) sendo a média da OCDE de 494 pontos (em 2012), em Ciências (de 474 para 489) sendo a média da OCDE de 501 pontos (em 2012) e na Leitura (de 470 para 488) sendo a media da OCDE de 496 pontos (em 2012).

Portugal evoluiu muito nos últimos 40 anos em termos de educação. Afirmava-se no relatório do CNE em 2010:

De facto, bastará comparar a qualificação da população portuguesa com mais de 25 anos com a de dois outros países europeus no início da década de 60 do século XX: Em 1960, com o 1º grau (4 a 7 anos de escolaridade), Portugal registava 50,4% de indivíduos, enquanto em França e na Finlândia essa população correspondia a 67,7% e 90%, respetivamente. Mas o atraso mais dramático residia sobretudo numa elevadíssima proporção de cerca de 45% de pessoas sem nenhum nível de escolaridade, em contraste com a França, que apresentava cerca de 2% e a Finlândia 0% (CNE, 2010).

Por outro lado, na atualidade, têm endurecido os discursos contra a instituição escolar, esquecendo-se a capacidade libertadora e socialmente mobilizadora da escola. Já no passado, houve críticas extremas à escola: a dúvida da sua relevância social e o apelo à sua descolarização (Illich, 1985) e as teorias de reprodução (Bourdieu e Passeron, 1970) evidenciam a diferenciação social, induzindo o insucesso e o abandono escolar nas

camadas mais desfavorecidas da sociedade. Diz-nos Maria Formosinho que na última década, “a sociedade que se tornou ávida de credenciação, contrariando as profecias de descolarização, vê colapsar o otimismo em torno do poder socialmente transformador da instituição escolar” (Formosinho, 2013, p. 102).

É muito comum tentar justificar os muitos dos problema da escola com a globalização, contudo,

A precaridade crescente que atingiu a generalidade dos setores profissionais, mesmo os mais especializados e prestigiados, vieram solapar certos pressupostos que haviam inspirado as políticas de expansão escolar, alavancadas numa esperança de mobilidade social, através da educação, que se defrauda (Formosinho, 2013, p.102).

Deste modo, elevam-se as credenciações no mercado de trabalho e o abandono escolar é visto como um problema de inadaptação das nossas sociedades de informação. A mesma autora, diz-nos ainda que “Sem dúvida que, na atual sociedade de informação, a escola vê-se cometida a funções cada vez mais complexas e com uma exigência imperativa de formar profissionais adaptados a um mercado laboral cada vez mais instável e com uma menor amplitude integrativa” (p.120).

Se por um lado, se elevam as qualificações no mundo do trabalho e se procura cada vez mais mão-de-obra qualificada mais barata, por outro, a mundialização e a pressão dos organismos internacionais têm vindo a padronizar as disciplinas e conteúdos curriculares (Teodoro, 2003).

### **A necessidade de uma mudança revitalizadora da escola**

Torna-se urgente uma mudança revitalizadora na Escola para desenvolver o capital humano necessário para o sucesso numa economia global.

A maior invenção social das maiores economias mundiais foi a educação de massas e o compromisso para educar todos os cidadãos à custa do erário público. Contudo, ironicamente, a área mais vital da sociedade – educação pública – não teve ainda um verdadeiro processo de mudança revitalizadora. Em muitos aspetos, a sala de aula de hoje é indistinta das salas de aula de nossos pais e avós: um professor à frente de 25/30 alunos durante sete horas por dia transmitindo uma versão repetida de conhecimento contida em manuais escolares e fichas de trabalho e um

Diretor/Presidente do Conselho Executivo com pouca autoridade dirige a escola como uma pequena parte dum largo sistema hierarquizado e centralizado.

As escolas parecem-se muito com as unidades industriais (fábricas) duns tempos que já passaram. Um viajante no tempo do ano de 1950 ou mesmo do ano de 1900 facilmente reconheceria as tradições de ontem nas escolas de hoje. Como nos diz Fino (2008):

Hoje, como sempre, apesar deste modelo de escola que nos acompanha desde os inícios de séc. XIX e está à beira de esgotar o prazo de validade, o mundo é o *locus* de informação, e a vida, incluindo obrigatoriamente a interação social, é um projeto de adaptação permanente” (p.3)

Contudo, uma pequena análise sociológica de Portugal nas últimas 5 décadas revela mudanças dramáticas: Televisão e jogos de vídeo dominam agora a atenção e o tempo das crianças de hoje; epidemia do uso de drogas tornou-se numa rotina nas escolas secundárias; o número de imigrantes que entraram no nosso país e nas nossas escolas aumentou; a grande maioria das mães trabalha fora de casa; os computadores e os *tablets* revolucionaram a acumulação de informação e as comunicações sociais (cerca de 50% da população Portuguesa tem conta numa rede social), etc.

Perante estas drásticas mudanças na demografia, condições sociais, tecnologia e economia, as escolas permaneceram basicamente na mesma. Diz-nos Carlos Fino,

Depois da grande crise curricular que abalou os Estados Unidos, em 1957, têm-se multiplicado por todo o lado sinais de senilidade do paradigma fabril... E há muito tempo que perdeu, ou viu atenuar, o vínculo que outrora teve, indiscutível, com o desenvolvimento da sociedade (Fino, 2001, p. 3).

Poucas pessoas e instituições desejam a mudança a não ser que se torne necessária e até urgente. Hoje, nas nossas escolas públicas, é certamente necessária e urgente.

Por que é que a mudança é assim tão urgente? Precisamente devido aos desafios críticos com que a escola se confronta: insucesso escolar, abandono escolar precoce, classe docente desmotivada, número de alunos por turma, resultados dos alunos, número de alunos que recebem ação social, assimetrias geográficas, etc. Especialmente, a conclusão da escolaridade básica é um desafio que coloca Portugal muito abaixo da média em comparação com os países da EU:

Considerando o Ensino Secundário como habilitação mínima de referência – atual escolaridade obrigatória –, temos ainda, na população residente entre os 25 e os 44 anos, mais de 1,5 milhões de indivíduos que não atingiram esse nível de escolaridade, ou seja, mais de 53% da população desse nível etário (CNE, 2012, p. 9).

Dos países da UE, Portugal ocupa a 3ª posição contar do fim no abandono escolar precoce; média de alunos que não terminam o ensino secundário (20,8% em 2012) enquanto a média Europeia se situa nos 12,8%. Portugal está apenas acima de Espanha e Malta.

Será que a sociedade e a economia moderna estão a exigir mais da escola? Enquanto as técnicas de ensino, os currículos e o desempenho geral educativo não mudaram muito nas últimas 5 décadas, os requisitos para a entrada no mercado de trabalho tornaram-se paulatinamente mais exigentes.

Perguntemos aos líderes de negócios que competem numa economia global o que é estar contra uma força de trabalho bem-educada? Na minha perspetiva, e nos próximos anos, a economia Portuguesa não produzirá trabalhos para os que não tiverem competências básicas. Hoje é necessário mais capital humano para ganhar uma vida decente, dar uma grande contribuição a um negócio ou a uma fábrica e para criar um produto competitivo no mundo globalizado.

As competências do passado não são adequadas para o presente contrariamente ao acontecia no início da revolução industrial. Como nos diz Fino (2001, p. 2):

A única questão a que faltava responder era a que se relacionava com o tipo de escola capaz de dar resposta às necessidades do modelo industrial, de pacificação social e de formação de um novo tipo de homem adaptado às exigências do novo modelo de produção, e que fosse

simultaneamente tão barato que desarmasse os argumentos dos que se opunham à simples ideia de educação para todos.

A revolução industrial original tornou o trabalho simples e exigia poucos conhecimentos dos trabalhadores. “Two centuries ago, industrial genius invented factory modeled schools, and the model quickly turned into mass education paradigm. During this long period of time, schools have paid society much more than society has spent to maintain schools” (Fino 2003, p. 3).

A Revolução industrial moderna, tornou o trabalho mais complexo e exige mais conhecimentos dos trabalhadores. A solução é mais e melhor educação uma vez que como afirma Fino (2003) “Schools no longer can prepare for life” (p.4).

Como é que a escola pública pode providenciar mais e melhor educação? Para revitalizar as nossas escolas, necessitamos de definir com clareza por que estão a falhar e o que podemos fazer para remediar a situação?

Na verdade, parece evidente que, às nossas escolas, falta-lhes a capacidade e os mecanismos para a auto-renovação.

Ao contrário do que se passa no mundo empresarial onde os negócios são forçados periodicamente a responder às novas tecnologias, às novas exigências dos seus mercados, ou à ancianidade dos produtos, não há forças externas à escola que lhe exijam a mudança.

Efetivamente, as escolas têm ignorado as possibilidades revolucionárias da tecnologia, mantendo a mesma estrutura organizacional hierárquica, preservando as regras tradicionais para manter o número de alunos por turma e tipo de escola, voltando ao currículo tradicional e aos métodos de ensino usados desde o século passado. As escolas não ficaram piores, elas simplesmente não mudaram para melhor.

A renovação da escola e a mudança na educação exigem a necessidade de formação do indivíduo e da sociedade sendo, aquela, um fator indispensável para a competitividade neste mundo global.

Sabemos que a educação e formação são setores decisivos na evolução dos países e fatores importantes de coesão social, consideradas como fonte de renovação das pessoas e das comunidades. Daí que face aos desafios colocados pela globalização da economia, pela emergência da

sociedade de informação e pelo desenvolvimento acelerado do conhecimento científico e tecnológico, a educação de todos e ao longo de toda a vida impõe-se a cada indivíduo como necessária ao seu aperfeiçoamento pessoal e profissional, à sua adaptação ao mercado de trabalho e, em última análise, à sobrevivência com qualidade num mundo em constante mudança, dominado pela incerteza quanto ao futuro. (CNE, 2011, p. 6).

## **METODOLOGIA**

Este estudo de investigação, de caráter qualitativo, pretende responder ao objetivo fundamental de analisar as perspetivas de um grupo de futuros professores sobre os desafios e dilemas da escola face a um Estado neoliberal que desinveste na educação, secundariza a escola pública e negligencia e descredibiliza os professores. Neste sentido foram realizadas 10 entrevistas escritas a futuros professores dos quais se pretendia extrair as suas perspetivas sobre as seguintes questões fundamentais:

- a) Nas avaliações internacionais (PISA 2012) Portugal tem-se aproximado das médias dos países da OCDE nas áreas da Leitura, Matemática e Ciências. Na sua perspetiva a que se devem estes resultados positivos?
- b) O orçamento para a educação tem diminuído nos últimos anos (2000 – 4.9%; 2013 – 4%). Que comentário faz a este facto?
- c) Como vê a qualidade do ensino em Portugal?
- d) Como perspetiva o futuro da escola e educação no nosso País?
- e) Na sua opinião, quais os maiores problemas com que a escola hoje se confronta?

Para a análise das entrevistas foram delineadas as seguintes categorias de análise: Desempenho dos alunos Portugueses em testes internacionais; (des)investimento na educação; problemas que mais afetam as escolas/educação em Portugal e perspetivas do futuro da educação.

Os participantes neste estudo tinham idades compreendidas entre 22 e os 38 anos, com uma média de idade de 27,8 anos. As modas estatísticas são de 22, 23 e 34 anos. A grande maioria dos participantes era estudante a tempo inteiro a frequentar um programa avançado de formação para professores.

## ANÁLISE DE DADOS E CONCLUSÃO

Na perspetiva dos entrevistados, os bons resultados dos alunos Portugueses nos testes internacionais, nos últimos anos, deve-se ao investimento que tem sido feito a nível da Leitura, Matemática e Ciências e à valorização académica destas áreas. Afirmava um participante (P5):

*“Penso que grande parte destes resultados se devem ao investimento que tem sido feito em termos de programas específicos nestas áreas, como o projeto Ler+ onde se procura que os alunos desde o 1º ciclo sejam incentivados à leitura. Relativamente à matemática e às ciências penso que também pelos projetos que são desenvolvidos nas escolas nestas áreas, ajudam nestas melhorias das médias”.*

Os participantes veem com preocupação a tendência dos últimos anos na diminuição do investimento orçamental atribuído à educação o que pode ter consequências muito negativas para o futuro do nosso País. Na perspetiva do (P2):

*“A educação é um dos suportes estruturais de qualquer sociedade. Este desinvestimento educacional terá reflexos negativos a médio, longo prazo. Este desinvestimento poderá levar a uma menor qualidade do próprio sistema de ensino e por conseguinte menor qualidade dos profissionais formados em Portugal”.*

Referia o (P4):

*“Infelizmente o poder político procede a cortes orçamentais na área da educação. Enquanto que países mais desenvolvidos economicamente “apostam” na educação, no futuro, em Portugal invertem-se estes “papéis”. Bem, por outro lado, investir na educação e depois os estudantes irem trabalhar para o estrangeiro...”*

Afirmava um outro participante (P5):

*“...o facto de se vir a diminuir o orçamento para a educação poderá colocar em risco alguns projetos que irão ter impacto no futuro em termos de resultados. Penso que ao diminuírem o orçamento para a educação está a haver um desinvestimento numa das áreas de maior importância para um país, que é a educação da população”.*

Como afirmava a Comissária responsável pelo pelouro da Educação, Cultura, Multilinguismo e Juventude da EU em 2011 quando apelava aos estados membros que não reduzissem os seus investimentos na educação apesar da crise económica que temos estado a atravessar: “O gasto com a educação é um investimento para o emprego e o crescimento económico, que a longo prazo, acaba por se pagar a si próprio...”

Do mesmo modo, o Conselho Nacional de Educação em 2013, transmitia a sua preocupação:

É com preocupação que se assiste á diminuição significativa do investimento no setor da educação, traduzida na redução dos meios financeiros (entre 2011 e 2012 o orçamento do Ministério da Educação e Ciência baixou 16pp) e dos seus recursos humanos (diminuição de 11 065 professores do Ensino Básico e secundário em 2012)... (CNE, 2013, p. 11).

A grande maioria dos participantes concorda que a qualidade do ensino em Portugal é boa e *“...tem vindo a melhorar bastante, pois houve um grande investimento para que tal ocorresse.”* (P 5) e, adicionalmente, *“se investiu mais na formação [P8 e P 9] e respetiva qualidade dos professores”* (P.8). No entanto, refere um participante que a qualidade está a ser afetada negativamente, pois *“Na minha opinião a qualidade do ensino em Portugal tem vindo a baixar. As escolas começam a não corresponder às necessidades dos alunos, porque cada vez mais aumentam as turmas e um professor não consegue dar atenção a todos os alunos”* (P 7).

Os nossos participantes deste estudo, perspetivam o futuro com muita apreensão e incerteza e identificam alguns dos problemas com que a escola se confronta hodiernamente tais como a desmotivação dos professores e o desinteresse dos alunos, a falta de condições de trabalho, a desvalorização da escola pública, etc.

Refere um participante (P 9): *“Devido aos cortes orçamentais e conseqüente desmotivação dos professores, a escola vai baixar a sua qualidade na educação. No futuro a escola, como já referi anteriormente, terá cada vez menos alunos em especial nos ensinos secundário e superior por dificuldades financeiras”*.

Afirma um outro participante (P 8): *“Perspetivo uma valorização da escola privada. O atual governo da República está a enfraquecer a escola pública. Os cortes orçamentais e a carga [horária], bem como os currículos que são muito extensos. Na escola primária já são dadas equações do segundo grau (no 2º ano), parece que se quer chegar ao topo sem haver uma boa base. Temo que o futuro da educação seja um bem para aqueles que têm posses económicas”*.

Refere o (P 5) *“A escola neste momento começa a se debater com problemas como turmas grandes para reduzir os custos com os professores.*

*O rendimento dos alunos não é o mesmo se a turma for mais pequena. Problemas de falta de professores no 1º ciclo (principalmente) para auxiliar nas aulas. Falta de material (fotocópias, papel, etc.) Começarão a surgir outros problemas que a escola não terá capacidade de responder.”*

Apesar de tudo, é claro que a reforma e a mudança são uma necessidade vital em qualquer instituição social, especialmente na instituição que está responsabilizada por tantas vidas e tem um impacto direto na sociedade e na economia.

*A questão para os reformistas é o que é que precisa de ser reformado urgentemente? Como é que a reforma precisa de ser feita e por quem?*

*“As soluções para os problemas da escola são complexas pelo muito que lhe é pedido em matéria de transmissão de conhecimentos em constante evolução, de organização das aprendizagens e trabalho dos alunos e de acompanhamento do seu desenvolvimento” (CNE, 2013, p. 7).*

Como afirma Maria Formosinho, a crise da escola deve-se à incapacidade de educação de massas e também à crise de valores e à incerteza:

*“... a “crise educativa” advém da incapacidade do sistema institucional para responder adequadamente a uma educação de massas (tratar-se-á, neste caso, de uma incapacidade intrínseca ao próprio sistema) mas relaciona-se igualmente com a desorientação axiológica e a hiperbolização da incerteza que são marcas vivenciais da contemporaneidade” (Formosinho, 2013, p. 103).*

Para concluir, diremos que o Estado necessita de dar prioridade á educação de (todos) os Portugueses e facultar à escola pública os meios necessários e tranquilidade desejável para que possa desempenhar a sua missão fundamental. Como se afirma no Relatório “Estado da Educação 2010”:

*Na situação atual, em que a crise económica e o aumento do desemprego são muito graves, a aposta na educação e qualificação deveria constituir uma prioridade, um modo de quebrar o isolamento e dar mais atenção às pessoas e ao desenvolvimento e valorização dos seus saberes. Contribuiria seguramente para combater o desânimo,*

sobretudo onde existam situações dramáticas do ponto de vista individual, familiar ou comunitário (CNE, 2010, p. 10).

No ano de 2013, o mesmo CNE insiste em problemas fulcrais derivados das políticas governativas:

Não podemos deixar de assinalar, designadamente, as dificuldades de alunos e famílias, a insegurança vivida pelos professores e técnicos da educação, a diminuição dos recursos financeiros, a dificuldade de integração, num tempo muito curto, de um número significativo de mudanças que foram sendo introduzidas (CNE, 2013, p.6).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bourdieu, P. & Passeron, J. (1970). *La reproduction. Eléments pour une théorie du system d'enseignement*. Paris: Editions de Minuit.
- CNE (2010). *Estado da Educação 2010: Percursos escolares*. Lisboa: Editorial do Ministério da Educação.
- CNE (2011). *Estado da Educação 2011: A qualificação dos Portugueses*. Lisboa: Editorial do Ministério da Educação.
- CNE (2013). *Estado da educação 2012: Autonomia e descentralização*. Lisboa: Editorial do Ministério da Educação e Ciência.
- Fino, C. (2001). Um novo paradigma para a escola: precisa-se. FORUMa – Jornal do grupo de Estudos Clássicos da Universidade da Madeira, 1,2.
- Fino, C. (2003). Walls to be demolished: Moving from a closed teaching factory towards an open learning place. *Proceedings of the 28<sup>th</sup> ATEE Annual Conference* (publicação em CD ROM). Malta: Malta University.
- Fino, C. (2008). Inovação Pedagógica: Significado e campo (de investigação). In Alice Mendonça & António V. Bento (Org). *Educação em tempo de mudança*. Funchal: Grafimadeira, pp. 277-287.
- Formosinho, M., Boavida, J. & Damião, M. (2013). *Educação: Perspetivas e desafios*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Illich, I. (1985). *Sociedade sem escolas* (7ª ed.). Petrópolis: Editora Vozes.
- Teodoro, A. (2003). *Globalização e educação. Políticas educacionais e novos modos de governação*. Porto: Edições Afrontamento.